

PARECER INDEPENDENTE | Green Bond Framework da Solfácil

Alinhamento com ODS



Alinhamento com categorias GBP/GLP

- Energia renovável

| GBP/GLP | Nível de alinhamento com as melhores práticas | Pontos Fortes | Pontos de Melhoria |
|------------------------------------|---|---|--|
| 1. Uso de recursos | <p>Confortável</p> | <ul style="list-style-type: none"> ✓ 100% dos recursos direcionados para o financiamento ou refinanciamento de CAPEX de novos projetos ou já existentes, associados a mini e microgeração distribuída de energia solar para residências, comércios e propriedades rurais; ✓ Uso de recursos alinhado com standards de sustentabilidade como Taxonomias da Climate Bonds Initiative e da União Europeia, <i>Green Bond/Loan Principles</i> e Não Perca Esse Bond; ✓ Prazo de anterioridade em caso de refinanciamento é de 24 meses. | <ul style="list-style-type: none"> ✗ Recursos captados não serão direcionados exclusivamente para projetos novos. ✗ Solfácil pretende alocar os recursos em até 24 meses após a captação, mas poderá alocar até o prazo de vencimento dos instrumentos financeiros ancorados no Framework. |
| 2. Seleção e avaliação de projetos | <p>Liderança</p> | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Projetos atendem aos critérios setoriais da CBI para o setor de energia solar; ✓ Mecanismo de seleção e avaliação de projetos e investimento bem definidos no framework; ✓ O Framework deixa claro a capacidade interna da Solfácil para garantir que os benefícios ambientais sejam atingidos; ✓ O Framework deixa claro a capacidade interna da Solfácil para gerenciar potenciais impactos negativos advindos dos projetos elegíveis; ✓ Projetos e a originadora sem histórico de controvérsias recentes graves; | <ul style="list-style-type: none"> ✗ A empresa informa que não se responsabiliza pela destinação final dos sistemas solares fotovoltaicos adquiridos pelos clientes. |
| 3. Gestão de recursos | <p>Liderança</p> | <ul style="list-style-type: none"> ✓ A Solfácil se compromete a originar um montante equivalente de CCBs e/ou CPR-Fs que seja compatível com o montante total (consolidado) de Instrumentos de Finanças Verdes. ✓ A Solfácil garante que os recursos das emissões baseadas no Framework irão diretamente para a compra de direitos creditórios. Se não atender os Critérios de Elegibilidade a operação não será cedida. ✓ Os investimentos temporários definidos não representam riscos de contaminação dos recursos; ✓ Os recursos das operações baseadas no Framework serão segregados em contas exclusivas abertas em cada veículo de captação; | - |
| 4. Relato | <p>Liderança</p> | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Relato de indicadores financeiros (Relatório de Alocação) e de benefícios socioambientais dos projetos elegíveis serão disponibilizados anualmente e de forma pública no site da empresa até a alocação total dos recursos; ✓ Devido ao escopo do portfólio, o relato terá granularidade a nível de emissão; ✓ Verificação anual externa das operações baseadas no Framework da Solfácil, com periodicidade semestral e disponibilizadas ao público; ✓ Framework e SPOs de avaliação do FW serão disponibilizados ao público no site da Solfácil. | - |

Sobre a NINT

A NINT (Natural Intelligence) é a maior prática de consultoria e pesquisa ASG na América Latina. Com uma equipe de +100 colaboradores e presença local no Brasil e América Latina, somos uma das 5 melhores casas de pesquisa socioambiental para investidores de acordo com o *Extel Independent Research in Responsible Investment* - IRRRI 2019. Fomos a primeira organização latino-americana a avaliar as credenciais verdes de títulos de dívida e trabalhamos na avaliação externa de mais de 200 operações de dívida ESG. Desde 2020 estamos entre os 10 maiores provedores globais de segunda opinião para títulos sustentáveis, conforme a *Environmental Finance*. Em 2023, a NINT passou a integrar o Grupo ERM.

Sumário

| | |
|--|----|
| 1. Escopo..... | 3 |
| 2. Opinião..... | 6 |
| 3. Análise ASG da Solfácil..... | 13 |
| 4. Green Bond/Loan Principles Form | 18 |
| 5. Anexo I - Método..... | 23 |

1. Escopo

O objetivo deste Parecer é prover uma opinião independente sobre o alinhamento do Green Bond Framework da Solfácil (segunda versão, de setembro de 2023) aos Green Bond Principles e melhores práticas internacionais de emissão de títulos verdes. A Solfácil Energia Solar Tecnologia e Serviços Financeiros Ltda. ("Solfácil", "Empresa") pretende usar este Framework como um documento "guarda-chuva" para viabilizar a emissão de instrumentos financeiros e/ou valores mobiliários no mercado de capitais, mercado bancário e/ou junto a agências de fomento e multilaterais. Os recursos serão utilizados para financiar e/ou refinar os ativos e investimentos associados a instalação de sistemas solares fotovoltaicos para projetos de geração de energia renovável distribuída para residências, comércios e propriedades rurais, tomado por pessoas físicas e jurídicas. Os financiamentos poderão ser originados pela empresa e/ou qualquer de suas subsidiárias de acordo com os Critérios de Elegibilidade definidos no Framework.

A NINT utilizou seu método proprietário de avaliação, que está alinhado com os *Green Bond Principles* (GBP)¹, os Padrões de Desempenho da *International Finance Corporation (IFC)*², a Publicação Não Perca Esse Bond³ (SITAWI, 2018), os *Climate Bonds Standards*, a Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia⁴ e outros padrões de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente.

A opinião da NINT é baseada em:

- Análise da coerência do Green Bond Framework e da estratégia de sustentabilidade da empresa;
- Análise do alinhamento do Framework com os *Green Bond Principles*, *Climate Bonds Taxonomy* e outros padrões de sustentabilidade e climáticos;
- Desempenho ASG⁵ corporativo da Solfácil.

A análise utilizou informações e documentos fornecidos pela Solfácil, alguns de caráter confidencial, pesquisa de mesa e entrevistas com equipes de sustentabilidade e operações. Esse processo foi realizado em novembro de 2023.

O processo de avaliação consistiu em:

- Planejamento da avaliação
- Avaliação de risco
- Realização da avaliação, incluindo a preparação do cliente, obtenção de evidências e avaliação
- Elaboração da conclusão da avaliação
- Preparação do relatório da avaliação

A NINT teve acesso a todos os documentos e pessoas solicitadas, podendo assim prover uma opinião com nível razoável de asseguarção em relação a completude, precisão e confiabilidade. O processo de avaliação foi realizado de acordo com princípios gerais relevantes e padrões profissionais de

¹ https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/2022-updates/Green-Bond-Principles_June-2022-280622.pdf

² https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/Topics_Ext_Content/IFC_External_Corporate_Site/Sustainability-At-IFC/Policies-Standards/Performance-Standards

³ <https://esg.nintgroup.com/nao-perca-esse-bond>

⁴ https://finance.ec.europa.eu/system/files/2020-03/200309-sustainable-finance-teg-final-report-taxonomy_en.pdf

⁵ Ambiental, Social e Governança. Do inglês ESG - Environmental, Social and Governance



auditoria independente, e em linha com a Norma Internacional sobre Compromissos de Avaliação que não sejam auditorias ou revisões de informações financeiras históricas (ISAE 3000), Norma Internacional em Controle de Qualidade (ISQC 1, 2009) e Código de Ética para Contadores Profissionais do International Ethic Standards Board for Accountants (IESBA, 2019).

O emissor pretende obter a classificação de Títulos Verdes para futuras emissões, em linha com as melhores práticas nacionais e internacionais, como o Guia para Emissão de Títulos Verdes no Brasil 2016 (Febraban e CEBDS)⁶, a publicação ‘Não Perca Esse Bond’⁷, os *Green Bond Principles*, versão de junho de 2021. Essas classificações serão confirmadas a cada ano enquanto as operações baseadas no Framework da Solfácil estiverem ativas, com base em pareceres de pós-emissão a serem elaborados pela NINT.

⁶ <https://esg.nintgroup.com/guia-emissao-titulos-verdes-no-brasil>

⁷ <https://esg.nintgroup.com/nao-perca-esse-bond>



Declaração de Responsabilidade

A NINT não é acionista, investida, cliente ou fornecedora da Solfácil ou de suas controladoras e/ou sócias. Destaca-se que a NINT foi responsável por elaborar Pareceres de Segunda Opinião de emissões verdes da empresa em 2021 e 2022. A NINT também elaborou o Parecer de Segunda Opinião sobre a primeira versão do Framework da Solfácil em 2022. Assim, declara não possuir conflito de interesse e estar apta a emitir uma opinião independente acerca da segunda versão do Green Bond Framework da empresa.

As análises contidas nesse parecer são baseadas em uma série de documentos, parte destes confidenciais, fornecidos pela Solfácil. Não podemos atestar pela completude, exatidão ou até mesmo veracidade destes. Portanto, a NINT⁸ não se responsabiliza pelo uso das informações contidas nesse parecer.

ISSO NÃO É UMA RECOMENDAÇÃO

Frisamos que todas as avaliações e opiniões indicadas nesse relatório não constituem uma recomendação de investimento e não devem ser consideradas para atestar a rentabilidade ou liquidez dos ativos.

⁸ A responsável final por esse relatório é a NINT - Natural Intelligence Ltda., que opera sob o nome fantasia de NINT.



2. Opinião

Com base nos procedimentos de avaliação conduzidos e evidências obtidas, em nossa opinião o Green Bond Framework da Solfácil está em conformidade com os *Green Bond Principles* e boas práticas de mercado para emissão de títulos verdes, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas e o desenvolvimento sustentável.

A NINT utilizou seu método proprietário de avaliação, baseado no atendimento aos princípios do *Green Bond Principles*. Os GBP são diretrizes que auxiliam o mercado a compreender os pontos chave de um produto financeiro e como ele se caracteriza como verde. Mais detalhes sobre esses princípios podem ser encontrados no [Anexo I - Método](#).

A aderência ao GBP, embora seja um processo voluntário, sinaliza aos investidores e outros agentes de mercado que o Framework está alinhado aos padrões adequados de desempenho em sustentabilidade e transparência.

A seguir, consta a análise do alinhamento do Framework aos quatro componentes dos GBP.

Quadro 1 - Descrição da análise dos GBP para o Green Bond Framework da Solfácil

| Princípios e classificação | Análise e descrição |
|---|---|
| <p data-bbox="156 1491 360 1520">Uso de recursos</p>  | <p data-bbox="384 1055 759 1084">Descrição do uso de recursos:</p> <p data-bbox="384 1115 1437 1238">Os recursos líquidos obtidos nas captações realizadas ao amparo do Framework serão utilizados para financiar e/ou refinanciar, no todo ou em parte, projetos existentes e/ou futuros intermediados pela Empresa e/ou qualquer de suas subsidiárias, que atendam aos critérios de elegibilidade descritos no Framework.</p> <p data-bbox="384 1270 1437 1482">Segundo indicado no documento, os recursos lastreados serão direcionados integralmente ao financiamento de CAPEX de projetos futuros e/ou refinanciamento de ativos e investimentos da empresa, suas subsidiárias e/ou afiliadas. A Solfácil pretende alocar integralmente os recursos de cada instrumento ancorado no Framework em até 24 meses da data de captação, mas se reserva o direito de fazê-lo até o vencimento de cada instrumento. Para refinanciamentos, a anterioridade das dívidas é de 24 meses anteriores a captação.</p> <p data-bbox="384 1514 1437 1637">Os projetos se enquadram na categoria de energia renovável dos <i>Green Bond Principles</i> e possuem características de micro e minigeração distribuída, com média de 24,09 kWp para sistemas solares residenciais, 77,14 kWp para sistemas comerciais, e 15,09 kWp para rurais, localizados em qualquer município brasileiro.</p> <p data-bbox="384 1668 1437 1760">Atualmente a empresa não possui limitação máxima quanto à potência do sistema fotovoltaico, somente o teto máximo de valor bruto, que é R\$ 300.000,00 para PF e R\$ 500.000,00 para PJ (pequenos comércios).</p> <p data-bbox="384 1792 1437 1852">Benefícios ambientais e alinhamento do uso de recursos com <i>standards</i> de sustentabilidade:</p> <p data-bbox="384 1883 1437 2007">De acordo com o Framework da Solfácil, as instalações de sistemas solares fotovoltaicos financiadas pela Solfácil já evitaram a emissão de mais de 88 mil toneladas de CO₂e na atmosfera, com base na energia gerada até junho de 2023. A metodologia de cálculo foi validada pela NINT.</p> |



A categoria de ‘energia renovável’ dos GBP é considerada pelo *Green Project Mapping*⁹ da *International Market Capital Association* (ICMA) como primária para mitigação das mudanças climáticas e terciária para a conservação de recursos naturais e para a prevenção e controle de poluição. Os GBP reconhecem explicitamente a energia renovável proveniente de fonte solar como categoria de projeto elegível para caracterização como Título Verde.

Ainda, avalia-se que o uso de recursos estará alinhado com a *Climate Bond Taxonomy* e critérios setoriais de projetos de energia solar dos *Climate Bonds Standards*, visto que não financiarão projetos de geração solar com mais de 15% de combustível fóssil de reserva.

De acordo com a publicação ‘Não Perca Esse Bond (2018)’¹⁰, os ciclos de vida da energia solar apresentam reduções nas emissões de gases do efeito estufa (GEE) superiores a 90% quando comparadas com fontes tradicionais como termelétricas a combustíveis fósseis no Brasil, portanto, os investimentos estarão alinhado ao cenário de aumento de temperatura de 1,5°.

Além disso, a alocação dos recursos em projetos solares pode contribuir para o alcance das metas brasileiras para o acordo de Paris¹¹, das quais:

- Reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% até 2025, comparado com os níveis de emissões de 2005;
- Reduzir as emissões por 50% até 2030, comparado com os níveis de 2005;
- Atingir a neutralidade climática em 2050;¹²

Os investimentos baseados no Framework da Solfácil também contribuirão para o atendimento aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 7, 9, 11 e 13, mais especificamente às metas apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 - ODSs e metas aplicáveis

| ODS | Metas aplicáveis |
|---|---|
|  | <p>7.2. Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global.</p> <p>7.b. Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio.</p> |
|  | <p>9.4. Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as atividades econômicas para torná-las sustentáveis, com foco no uso de recursos renováveis e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados.</p> |
|  | <p>11.3. Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, aprimorar as capacidades para o planejamento, para o controle social e para a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todas as unidades da federação.</p> |
|  | <p>13.1. Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países</p> |

Fonte: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - Nações Unidas

⁹ <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/2021-updates/Green-Project-Mapping-June-2021-100621.pdf>

¹⁰ <https://esg.nintgroup.com/nao-perca-esse-bond>

¹¹ <https://unfccc.int/sites/default/files/NDC/2022-06/Updated%20-%20First%20NDC%20-%20%20FINAL%20-%20PDF.pdf>

¹² <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/comite-interministerial-sobre-mudanca-do-clima/arquivos-cimv/item-de-pauta-3-paris-agreement-brazil-ndc-final-1.pdf>



| | |
|---|---|
| | <p>Nível de alinhamento com as melhores práticas:</p> <p>O uso de recursos do Framework (<i>Green Bond Principles 1</i>) foi classificado como Confortável pois a alocação dos recursos pode ser direcionada para os projetos elegíveis até o prazo de vencimento das operações verdes. Ainda, os recursos não financiarão apenas projetos novos, podendo ser usados para refinanciamento de dívidas, ativos ou investimentos passados.</p> |
| <p>Processo de seleção e avaliação de projetos</p>  | <p>Alinhamento do Framework com a estratégia ASG da Solfácil:</p> <p>O objetivo das captações de recursos feitas sob amparo do Framework é contribuir para a ampliação da geração de energia limpa no país e para a descarbonização da matriz energética brasileira, promovendo o impacto ambiental positivo e o alinhamento à estratégia de negócios e propósito da Solfácil.</p> <p>A Empresa pretende usar este Framework como um documento guarda-chuva para viabilizar, de maneira direta ou indireta, a emissão de instrumentos financeiros e/ou valores mobiliários no mercado de capitais, mercado bancário e/ou junto a agências de fomento e multilaterais (“Instrumentos de Finanças Verdes”).</p> <p>Avalia-se, dessa forma, que o uso de recursos, assim como os projetos elegíveis definidos no Framework, estão alinhados à estratégia de negócios da empresa.</p> <p>Processo de seleção e avaliação de projetos:</p> <p>O processo de avaliação e seleção dos projetos tem duas etapas, detalhadas abaixo:</p> <p>Seleção do integrador: A empresa credencia os integradores, que passam por uma análise técnica e financeira. A análise técnica avalia o histórico de vendas do integrador e o tempo de homologação de seus projetos. A análise financeira verifica a ausência de irregularidades financeiras ou processos judiciais relevantes em nome do integrador.</p> <p>Os integradores também são analisados pelos clientes a partir de uma pesquisa de satisfação.</p> <p>A Solfácil informou que na minuta de contrato entre o integrador e a Solfácil há uma cláusula de responsabilidade socioambiental e anticorrupção, por meio da qual o integrador declara, por si e por seus representantes, cumprir com todas as obrigações impostas pela legislação trabalhista, previdenciária e ambiental vigentes, além de cumprir todas as leis e regulamentos relativos à prevenção da corrupção, lavagem de dinheiro e atos lesivos à administração pública. Em caso de qualquer indício de descumprimento, a Solfácil está autorizada, por si ou por terceiros contratados, a realizar auditorias no integrador. A Solfácil afirma que são realizados acompanhamentos mensais sobre a performance dos integradores e, se identificada alguma inconformidade, o integrador é descadastrado da plataforma.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Avaliação do risco do projeto: Conforme informado pela empresa, o processo de seleção de projetos para financiamento se inicia com o interesse do cliente em contratação da linha de financiamento. Uma vez demonstrado o interesse, esse cliente segue para a análise financeira pela empresa (para garantir capacidade de pagamento) e o projeto passa para uma análise técnica, na qual a empresa faz uma diligência técnica, financeira e reputacional do integrador. Portanto o risco do projeto é sempre avaliado em duas óticas, a do tomador (cliente final) e do integrador (implementador). O perfil de crédito do cliente é analisado a fim de avaliar se ele tem condições de adquirir o financiamento e |

que está ciente da dívida que está prestes a contratar em seu nome (via análise documental).

Já a análise do projeto em si, conduzida pelo time de engenharia da Solfácil, inclui análise técnica *ex ante* com o dimensionamento do projeto para cálculo de geração, análise dos equipamentos utilizados, potência estimada e verificação remota do local de instalação para conferir as condições (sombreamento e dimensões do telhado, por exemplo), garantindo a mitigação de riscos e custos. O risco do projeto está diretamente associado a execução do projeto por parte do integrador. A instalação dos sistemas solares fotovoltaicos é realizada no telhado da propriedade do cliente, de modo que não há impactos desfavoráveis ao meio ambiente na área de instalação do projeto. Além disso ele apenas é feito pelos integradores selecionados e com equipamentos aprovados pela empresa.

É realizada, pós projeto, uma análise dos resultados obtidos. Essas etapas têm o objetivo de comparação com o prometido pelo integrador, para verificação de factibilidade do projeto proposto. Além disso, há a verificação de custo por quilo-watt pico (KWp) do projeto, para identificar se o valor está de acordo com o praticado pelo mercado. Essa prática visa evitar fraudes.

Conforme consta no Framework, a empresa pode acompanhar a produção da instalação solar em tempo real por meio de um dispositivo eletrônico chamado Ampera, que permite o monitoramento da geração de energia do projeto e avalia se o sistema está funcionando corretamente. Assim, tanto o integrador quanto o cliente têm uma visualização mensal dos dados de consumo, produção e economia gerada. Esse processo ajuda a Solfácil a mitigar potenciais riscos adversos e avaliar se os benefícios gerados pelos projetos correspondem ao prometido na sua contratação junto ao integrador.

No entanto, a empresa informa que não se responsabiliza pela destinação final dos sistemas solares fotovoltaicos adquiridos pelos clientes. A Solfácil informa que a vida útil é de longo prazo chegando até 30 anos para as placas e 15 anos para os inversores, a depender da marca.

Como já mencionado, todos os projetos selecionados se alinham aos critérios setoriais da Taxonomia da *Climate Bond Initiative*.

Critérios de exclusão:

Não serão classificados como “Projetos Elegíveis” pela Solfácil:

- Projetos que utilizem práticas irregulares e/ou ilegais de trabalho de crianças e adolescentes, que submetam seus empregados a condições degradantes ou análogas ao trabalho escravo, em desconformidade com a legislação trabalhista em vigor;
- Projetos cujos parceiros de negócios não atuem em desacordo com a lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção);
- Produção ou venda de qualquer produto ou atividade que possa relacionar a importadores e exportadores com condutas ilícitas, como extração ilegal;
- Projetos que impactam negativamente terras indígenas, quilombolas ou unidades de conservação em desconformidade com a legislação vigente.

O Framework deixa claro que para a seleção dos projetos elegíveis, a Solfácil analisará caso a caso, para cada projeto, quaisquer questões materiais relacionadas a fatores ASG e que possam interferir na classificação verde atribuída aos projetos relacionados no Framework da empresa.

Nível de alinhamento com as melhores práticas:



| | |
|--|---|
| | <p>Não foram identificadas lacunas no processo de seleção e avaliação dos projetos elegíveis (<i>Green Bond Principles 2</i>) sob as diretrizes do Green Bond Framework. Portanto, sua classificação é de Liderança.</p> |
| <p>Gestão de recursos</p>  | <p>Procedimentos para gestão dos recursos:</p> <p>Os financiamentos concedidos para os clientes são formalizados por (i) cédulas de crédito bancário (“CCB”) no caso de pessoas físicas e jurídicas ou (ii) Cédulas de Produtor Rural Financeira (“CPR-F”). As CCBs e CPR-F são relativas à contratos de financiamento de sistemas solares fotovoltaicos para projetos de geração de energia renovável distribuída para residências, comércios e propriedades rurais, que podem ser utilizadas para efeito de cumprimento de obrigações quanto a alocação verde dos recursos captados por meio de Instrumentos de Finanças Verdes, desde que atendam aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Framework.</p> <p>A Solfácil se compromete a originar um montante equivalente de CCBs e/ou CPR-Fs que seja compatível com o montante total (consolidado) de Instrumentos de Finanças Verdes (i) estruturados, levando em conta as características dos direitos creditórios e/ou (ii) captados pela Empresa (“Alocação de Valor Equivalente”).</p> <p>Os recursos captados não são administrados pela Solfácil e sim pelo administrador/gestor dos fundos ou securitizadora, a depender do instrumento financeiro que será emitido.</p> <p>Conforme definido no Framework, a Solfácil adotará todos os passos necessários para atestar que os recursos obtidos em cada um de seus Instrumentos de Finanças Verdes seguem todos os processos internos, e que estão em linha com os Critérios de Elegibilidade. Caso esse alinhamento deixe de ocorrer, a Empresa adotará todas as medidas necessárias para regularizar essa situação. Enquanto o instrumento estiver válido e/ou não vencer, os recursos líquidos sobrepujantes devem ser ajustados de forma periódica de modo a se adequar aos investimentos realizados.</p> <p>Recursos temporariamente não alocados nos projetos:</p> <p>O Green Bond Framework destaca que os recursos temporariamente não alocados nos projetos elegíveis poderão ser investidos nos seguintes ativos:</p> <ol style="list-style-type: none"> I. Moeda corrente nacional; II. Títulos do Tesouro SELIC, anteriormente denominado letra financeira do Tesouro Nacional (LFT); III. Operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados no item II acima, emitidos por instituições autorizadas, com liquidez diária e vencimento inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias; IV. Cotas de fundos de investimento de renda fixa ou de fundos de investimento referenciados à taxa do CDI, com liquidez diária, cujas políticas de investimento admitam a alocação de recursos exclusivamente nos ativos identificados nos itens II e III, bem como cujas políticas de investimento apenas admitam a realização de operações com derivativos para proteção das posições detidas à vista, até o limite destas. <p>Considerando que os instrumentos citados acima são de alta liquidez e não estão atrelados a atividades que geram impactos ambientais adversos ou a empresas que possuam histórico recente de controvérsias ASG, há baixo risco de contaminação dos recursos. Também, os critérios de elegibilidade para a aquisição dos direitos creditórios adquiridos garantem que os mesmos serão oriundos de projetos de instalação de sistemas solares fotovoltaicos - destinação prevista no Framework.</p> |

| | |
|--|--|
| | <p>Cada um dos instrumentos amparados pelo FW contará com cláusulas de correção e penalidades em caso de não cumprimento da alocação dos recursos definidos no FW.</p> <p>Nível de alinhamento com as melhores práticas:</p> <p>Não foram identificadas lacunas na gestão dos recursos das emissões baseadas no Framework (<i>Green Bond Principles</i> 3). Portanto, sua classificação é de Liderança.</p> |
|  | <p>A empresa se compromete em reportar anualmente, até o vencimento das emissões rotuladas, as informações financeiras das operações rotuladas e de impacto ambiental dos projetos elegíveis. O relato ocorrerá à nível de emissão e constará no website da Solfácil.</p> <p>A Solfácil fornecerá, de forma consolidada, aos seus provedores de capital e/ou agente fiduciário e/ou administrador e/ou gestor de cada veículo de captação, conforme aplicável, as seguintes informações abaixo, em um Relatório de Alocação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O volume total de recursos captados por meio de Instrumentos de Finanças Verdes (em R\$); • O volume total de direitos creditórios originados pela Solfácil por meio de CCBs e CPR-Fs durante o período considerado; e • Os instrumentos financeiros nos quais foram mantidos os recursos temporariamente não alocados nos projetos elegíveis (em R\$); <p>Conforme definido no FW, pela natureza do negócio da empresa e a fim de evitar a dupla contagem, Solfácil irá realizar seu Relatório de Alocação utilizando a lógica de Alocação de Valor Equivalente. Assim, os Relatórios de Alocação irão sempre apresentar, de forma consolidada, o montante total originado pela Solfácil em CCBs e CPRFs frente ao volume total de recursos captados em Instrumentos de Finanças Verdes.</p> <p>Os indicadores ambientais a serem divulgados no Relatório de Alocação ou em outro veículo serão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Potência instalada (MWp); • Volume de energia renovável gerado anualmente (GWh); • Emissão de GEE evitada (Mil tCO₂e); • Número de projetos instalados e clientes beneficiados; <p>Semestralmente, enquanto houver operações baseadas no Framework, a Solfácil solicitará um parecer de verificação de alinhamento das emissões ao Green Bond Framework. Esses pareceres visam garantir que os recursos alocados e a performance dos projetos permaneçam alinhados aos critérios de elegibilidade do Framework. A empresa se compromete a tornar público os pareceres de verificação desenvolvidos no contexto das emissões baseadas no Framework.</p> <p>Conforme informado no FW, a Solfácil revisará semestralmente o Framework. No caso de mudanças materiais na estratégia da empresa (como alterações na estratégia de atuação, aquisições, fusões e alienações consideradas relevantes), a revisão poderá resultar na atualização e modificação do Framework, que poderá estar sujeito à uma nova avaliação externa, a ser emitida por meio de um Parecer de Segunda Opinião. Em caso de não haver alterações relevantes, o Framework terá validade de 2 anos desde sua data de publicação.</p> <p>O SPO de avaliação do Framework ficará disponível no site da Solfácil, assim como o Framework.</p> <p>Nível de alinhamento com as melhores práticas:</p> <p>Com base em nossa avaliação, o relato possui alinhamento em nível Liderança com os <i>Green Bond Principles</i>, ainda que os relatórios semestrais de verificação não fiquem disponíveis publicamente.</p> |



| | |
|--|--|
| | |
|--|--|

Análise ASG da Empresa

Quadro 3 - Performance ASG e Pesquisa de controvérsias - Solfácil

| Análise ASG da Empresa | Descrição |
|--------------------------|---|
| Performance ASG | A Solfácil possui políticas e ações que visam a gestão eficiente de suas atividades e corpo de colaboradores. Destaca-se que a empresa não possui ações judiciais relevantes ou protestos de funcionários, assim como também não possui penalidades por descumprimento de legislação trabalhista e ambiental. |
| Controvérsias ASG | Foram identificadas controvérsias de nível pouco significativo, associadas à insatisfação e reclamações referentes aos serviços prestados pela empresa. A empresa possui conduta remediativa na maior parte dos casos. A Solfácil vem investindo em ações para melhorar a qualidade de seus serviços e reduzir o índice de insatisfações. |
| Conclusão | Sendo assim, concluímos que a empresa tem capacidade de medir, prevenir, mitigar e compensar eventuais impactos negativos de suas atividades. |

Equipe técnica responsável

Camila Horst Toigo

Camila Toigo
Coordenadora
camila.toigo@nintgroup.com

Cristóvão Alves

Cristóvão Alves
Sócio-Diretor
cristovao.alves@nintgroup.com

Rio de Janeiro, 09/11/2023



3. Análise ASG da Solfácil

A Solfácil nasceu como uma fintech brasileira destinada a investimentos em energia solar e em 2022 se converteu em um ecossistema de soluções para esse mercado, que oferece uma linha de financiamento destinada exclusivamente para instalação de sistemas de energia solar para pessoas físicas e pessoas jurídicas (pequenas e médias empresas). A linha oferecida permite aos consumidores a aquisição do sistema sem investimento inicial e com condições acessíveis, que pode tornar o valor das prestações inferior ao custo atual da conta de energia elétrica do cliente.

Para chegar aos clientes, a Solfácil possui uma rede de profissionais especializados em vender e instalar sistemas solares fotovoltaicos, os chamados integradores, que oferecem o empréstimo da Solfácil para clientes em potencial. Nesse processo, a Solfácil possui uma plataforma tecnológica que auxilia os integradores parceiros a aumentarem a conversão de suas vendas, além de fornecer atendimento e suporte avançados para dúvidas técnicas envolvendo os projetos.

Aproximadamente, 75.000 projetos foram financiados até junho de 2023, contabilizando mais de R\$ 2,5 bilhões, distribuídos entre linhas de financiamento para pessoas física e jurídica, bem como produtores rurais em todos os estados do Brasil (3.600 cidades). Atualmente, a empresa possui aproximadamente 300 funcionários e trabalha com uma rede de mais de 3.100 integradores parceiros cadastrados na plataforma da empresa.

Para conduzir esse processo de análise foram propostos questionamentos à equipe da Solfácil, além da análise dos seguintes documentos:

- Acordo Operacional com Integrador;
- Website da empresa;
- Apresentação institucional para emissão;
- Demonstrações Financeiras Padronizadas;
- Política de crédito;
- Análise para homologar novos prestadores/integradores;
- Contrato com integrador;
- Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática;
- Procedimento de avaliação de integradores solares;
- Contrato Social;
- Organograma.

- **Ambiental**

A empresa tem uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática que propõe princípios de Fomento do Desenvolvimento Sustentável e Eficiência Ambiental. A Solfácil possui uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática que visa garantir a incorporação de princípios e diretrizes da mesma nos negócios, nos processos e nos relacionamentos da empresa com os *stakeholders*. Segundo consta no documento publicado em 2023, os princípios dessa Política são: conduta ética, construção conjunta, fomento do desenvolvimento sustentável, inclusão social, eficiência ambiental e transparência.

A estrutura da Solfácil é pouco consumidora de recursos naturais e de materiais, e seus projetos são de baixa complexidade e impacto socioambiental, não requerendo processos de licenciamento



ambiental. Ressalta-se que a empresa afirma não possuir um Sistema de Gestão Ambiental formalizado e não elaborar Relatórios de Sustentabilidade.

Conforme aponta a empresa, os projetos para quais a Solfácil oferece financiamento são todos voltados para instalação de sistemas solares fotovoltaicos para pessoas físicas e jurídicas. Por esse motivo e pelo seu pequeno porte (com atividades da empresa acontecendo de forma remota, restritas ao seu escritório), as atividades da empresa demandam uso reduzido de água e combustíveis, direta ou indiretamente. Ainda, conforme informado pela empresa, os projetos da Solfácil também podem contar com o Ampera, um sistema supervisorio fotovoltaico de gerenciamento de energia elétrica desenvolvido e patenteado pela Solfácil. Esse dispositivo é capaz de prover a telemetria de dados elétricos, contando com funções essenciais, como a emissão de alertas para prevenção de falhas, identificação de tentativas de adulteração e prevenção de acidentes nos sistemas fotovoltaicos, além de regular a passagem de corrente para a rede elétrica. Tais funcionalidades os tornam intrínseco ao funcionamento eficiente dos sistemas fotovoltaicos.

Com relação à destinação final dos painéis fotovoltaicos ao fim da vida útil, é informado pela empresa que essa fica a cargo do cliente que adquiriu o material (pessoa física, jurídica) e que a Solfácil ainda não orienta nenhum cliente final sobre a prática. Isto ocorre porque os ciclos de vida do projeto são muito longos, segundo apontado pela empresa.

Não há emissões significativas de poluentes atmosféricos associadas as atividades da Solfácil, considerando que suas práticas estão concentradas em escritório de pequeno porte e que a maioria dos funcionários se desloca para o local de trabalho de bicicleta, a pé ou por meio de transporte público. Além disso, suas atividades contribuem para a mitigação de emissões indiretas de seus clientes a partir da oferta de crédito para consumo de energia limpa. A empresa afirma que contribui para a redução de emissões de GEE na atmosfera ano a ano, conforme consta na certificação das agências independentes que chancelam seus produtos financeiros com o “selo verde”.

Seu impacto ambiental indireto, em termos de degradação dos solos ou interferências em ecossistemas também não é significativo, dado que os painéis fotovoltaicos dos projetos financiados pela empresa são instalados no telhado dos clientes. Isto é, não demandam supressão da vegetação ou práticas de instalação que impactam o meio ambiente.

Isto posto, conclui-se que as práticas de gestão ambientais da Solfácil resultam em baixo impacto no uso de recursos, em ecossistemas, na gestão de resíduos e nas mudanças climáticas. Cabe destacar que a empresa afirma que não está envolvida em controvérsias relacionadas a penalidades por descumprimento de legislação ambiental.

• Social

Dado o escopo e a natureza de suas atividades e o seu pequeno porte, a Solfácil tem baixo impacto sobre comunidades no entorno de suas operações. A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática contempla este item.

Conforme informado pela Solfácil, a empresa tem aprimorado seus controles e sistemas para que os problemas e reclamações dos clientes sejam gerenciados e resolvidos apropriadamente via um sistema de monitoramento que permite a detecção instantânea de problemas técnicos. Ao serem detectados, os problemas são sinalizados para o integrador, que visita o cliente e oferece soluções. Durante o processo de análise do projeto, a empresa realiza uma avaliação de engenharia para avaliar se o dimensionamento e o posicionamento dos painéis definidos pelo integrador estejam



adequados, mitigando riscos e custos para o cliente final. Cabe mencionar, ainda, que a empresa possui um canal para receber reclamações, podendo o cliente ligar e escolher o ramal de interesse, ou enviar um e-mail pela central de dúvidas. Além disso, a empresa mantém controles das atividades da Ouvidoria e gera relatórios periódicos de acompanhamento.

No que diz respeito à sua relação com empresas fornecedoras e subcontratadas, a empresa promove um relacionamento perene, incluindo a definição e respeito a cláusulas contratuais claras e justas. Ademais, a empresa possui uma Política e/ou procedimentos formais relacionados com fornecedores, bem como Política de Compras. Também, os contratados, subcontratados e respectivos representantes têm obrigação contratual de respeitarem as políticas, normas e regulamentos internos, especialmente no que se refere às regras de segurança, privacidade, ética e conduta.

Conforme informado pela empresa, o Acordo Operacional e os Contratos de Prestação de Serviços são instrumentos que garantem que os integradores e empresas parcerias prestarão garantias e declarações de que cumprem com todas as obrigações impostas pela legislação trabalhista, previdenciária e ambiental vigentes, e que adotarão, no exercício de suas atividades, todas as medidas necessárias para evitar e corrigir danos ao meio ambiente, e que fornecerão aos seus funcionários, prepostos, subcontratados e demais terceiros envolvidos no contrato as informações e orientações necessárias para a perfeita condução do negócio e execução do contrato ponto de vista socioambiental. A empresa aponta que caso seja identificada qualquer violação ou desconformidade durante a vigência do contrato, há a possibilidade de rescindi-lo.

Além disso, a empresa possui um Código de Ética e Conduta, que é aplicável também aos integradores e empresas parceiras. O referido documento traz orientações gerais que devem embasar a postura e conduta exigidas dessas empresas e das pessoas que as representam, inclusive no que tange à conformidade com a legislação trabalhista e boas práticas de saúde, segurança e bem-estar laboral.

A empresa não possui ações judiciais relevantes ou protestos de funcionários, assim como também não possui penalidades por descumprimento de legislação trabalhista. A empresa informou que cumpre os requisitos da legislação previdenciária e zela pelo bem-estar dos colaboradores, promovendo políticas como horas de trabalho flexíveis, um escritório mais espaçoso e com acesso à cozinha e banheiros com chuveiros para os funcionários que se deslocam com bicicleta, promoção de teletrabalho e oferecimento de plano de saúde e odontológico para todos os funcionários, além de planos de academia e bem-estar (incluindo benefício de acesso à farmácias e subsídios de medicamentos, e atendimento psicológico online). A empresa utiliza uma plataforma de controle de ponto marcação de horas extras dos colaboradores.

A empresa não possui uma política de diversidade e não discriminação, ou programas de inclusão de minorias, apesar do seu Código de Ética abordar questões relacionadas a práticas não discriminatórias e inclusivas. Seu Código de Ética prevê medidas internas de combate ao assédio sexual e outras formas de violência no ambiente de trabalho. A empresa informou que possui canais de denúncia para reporte de qualquer tipo de violação ou indício de violação, garantindo o anonimato e a proteção do denunciante de eventuais retaliações. As informações são recebidas em canal gerido por empresa terceirizada e independente e analisadas pela área de Compliance. A depender do grau de criticidade, são compartilhadas com comitês internos da Solfácil, gerando relatórios com a definição de medidas disciplinares eventualmente aplicáveis.

No que diz respeito à liberdade sindical, a empresa não possui histórico de controvérsias no tema.



Já no que se refere à gestão de carreira e promoção de empregabilidade, a Solfácil informou que adota trilhas de carreira implementadas e réguas de remuneração. A empresa realiza um *onboarding* dos novos colaboradores nos primeiros dias de trabalho e oferece *workshops* mensais de cada área, além de benefício de educação e desenvolvimento profissional (envolvendo diversos cursos livres, cursos de idiomas, mentorias e até graduações e MBAs). A empresa informou, ainda, que realiza *feedbacks* regulares com os funcionários para avaliação de competências e desempenho, oferecendo treinamentos de liderança envolvendo empatia, vieses, gestão do processo, métodos de feedback (e.g. técnica SCI), entre outros.

- **Governança corporativa**

A Solfácil realiza demonstrações financeiras com parecer auditado por terceira parte. No entanto, a empresa não o divulga publicamente em canais externos.

A empresa tem uma Política Anticorrupção. Verificou-se que a mesma não está envolvida em casos controversos relacionados ao tema.

No contrato da empresa com os integradores há uma cláusula de confidencialidade que impede que qualquer informação não previamente autorizada sobre as atividades acordadas no contrato e/ou sobre informações de clientes sejam divulgadas. Também, há uma cláusula referente a padrões éticos de conduta na condução dos negócios e cumprimento de leis de combate ao suborno e à corrupção. Isto posto, há indícios de que a empresa considera em suas práticas as temáticas de respeito à privacidade, uso de informações e comportamentos éticos.

A Solfácil tem uma governança estruturada, incluindo um conselho representando os interesses dos acionistas da Solfácil. A diretoria executiva é composta dos diretores das áreas comercial, financeiro, engenharia, risco e cobrança, tecnologia, e produto, conforme organograma enviado pela empresa.

- **Controvérsias**

Em relação ao estudo de controvérsias, concluímos que a Solfácil está envolvida em casos de reclamações e insatisfações de integradores e clientes. Seu nível de responsividade é adequado para resolução dessas questões, mas nem todas as solicitações foram consideradas como resolvidas pelos reclamantes, embora tenha sido todas respondidas.

Todas as controvérsias foram encontradas no *website* “Reclame Aqui” e nenhuma de natureza ambiental e de governança foi identificada. A NINT questionou a empresa sobre a frequência de ocorrências e a forma de monitorar e gerir as reclamações dos clientes. A Solfácil argumenta que está capacitando o time de *Customer Experience* (CX) para gerar uma melhor experiência ao parceiro e cliente final, a fim de evitar reclamações sobre a qualidade dos serviços, cobranças indevidas e controvérsias contratuais.

Além disso, argumentam que estão revisando processos, como forma de monitorar as solicitações dos clientes. Neste sentido, atualmente possuem uma análise com todos os motivos de contato feito por cliente, sendo endereçado um plano de ação específico, como ajustes no procedimento, tempo de resposta, alinhamento entre áreas. É realizada periodicamente a capacitação do time, tendo como escopo o conhecimento do produto e os procedimentos/condução dos casos de reclamação. Também, a Solfácil realizou monitorias de qualidade sobre os atendimentos realizados, contando com uma equipe específica que avalia os atendimentos realizados pela equipe de CX.



Em janeiro de 2022, a Solfácil criou uma área responsável por responder todas as reclamações do site Reclame Aqui e casos especiais, chamada de “Ouvidoria”. A área também pode sugerir melhoria de processos e capacitação para o restante da equipe de CX.

De acordo com a plataforma Reclame Aqui, a Solfácil resolve 81% das reclamações. Ao total, considerando desde 2021, foram registradas 429 ocorrências. Cerca de 66% dos clientes informam que voltariam a fazer negócio com a Empresa. A nota dada pelo consumidor, de 0 a 10, durante todo o período é de 7,9 e considerando os últimos 6 meses é nota é 8,5.

O Quadro 3 apresenta o levantamento quantitativo das principais reclamações encontradas de setembro de 2020 a Setembro de 2023. Conforme o site Reclame Aqui, 100% das reclamações foram respondidas.

Quadro 4 - Levantamento de controvérsias da empresa

| Tipo de reclamação | Número de reclamações | % do total |
|------------------------------------|-----------------------|------------|
| Descumprimento de acordo | 77 | 17,9 |
| Cobrança indevida | 66 | 15,3 |
| Mau atendimento no SAC | 46 | 10,7 |
| Problemas na finalização da compra | 29 | 6,7 |
| Dificuldade em realizar acordo | 22 | 5,1 |
| Outras | 189 | 44,0 |



4. Green Bond/Loan Principles Form

Green Bond / Green Bond Program
External Review Form

Section 1. Basic Information

Issuer name: Solfácil

Bond ISIN or Issuer Bond Framework Name, if applicable: Green Bond Framework Solfácil

Independent External Review provider's name: NINT - Natural Intelligence.

Completion date of this form: November 09th, 2023

Date of the review: November 09th, 2024 (estimated)

Section 2. Overview

SCOPE OF REVIEW

The review:

- assessed the 4 core components of the Principles (**complete review**) and confirmed the alignment with the GBP.
- assessed only some of them (**partial review**) and confirmed the alignment with the GBP; please indicate which ones:

| | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Use of Proceeds | <input type="checkbox"/> Process for Project Evaluation and Selection |
| <input type="checkbox"/> Management of Proceeds | <input type="checkbox"/> Reporting |
- assessed the alignment with other regulations or standards (CBI, EU GBS, ASEAN Green Bond Standard, ISO 14030, etc.); please indicate which ones: *CBI*

ROLE(S) OF INDEPENDENT REVIEW PROVIDER

- Second Party Opinion
- Verification
- Other (*please specify*):
- Certification
- Scoring/Rating

Does the review include a sustainability quality score¹³?

- Of the issuer
- Of the framework
- No scoring
- Of the project
- Other (please specify):

¹³ The external review may indicate the provider's opinion of the overall sustainability quality of a bond or bond framework and assess whether it has a meaningful impact on advancing contribution to long-term sustainable development.



ASSESSMENT OF THE PROJECT(S)

Does the review include:

- The environmental and/or social features of the type of project(s) intended for the Use of Proceeds?
- The environmental and/or social benefits and impact targeted by the eligible green and/or social Project(s) financed by the Green, Social or Sustainability Bond?
- The potentially material environmental and/or social risks associated with the project(s) (where relevant)?

ISSUER'S OVERARCHING OBJECTIVES

Does the review include:

- An assessment of the issuer's overarching sustainability objectives and strategy and the policies and/or processes towards their delivery?
- An identification and assessment of environmental, social, and governance related risks of adverse impact through the Issuer's [actions] and explanations on how they are managed and mitigated by the issuer?
- A reference to the issuer's relevant regulations, standards, or frameworks for sustainability-related disclosure and reporting?

CLIMATE TRANSITION STRATEGY¹⁴

Does the review assess:

- The issuer's climate transition strategy & governance?
- The alignment of both the long-term and short/medium-term targets with the relevant regional, sector, or international climate scenario?
- The credibility of the issuer's climate transition strategy to reach its targets?
- The level/type of independent governance and oversight of the issuer's climate transition strategy (e.g. by independent members of the board, dedicated board sub-committees with relevant expertise, or via the submission of an issuer's climate transition strategy to shareholders' approval).
- If appropriate, the materiality of the planned transition trajectory in the context of the issuers overall business (including the relevant historical datapoints)?
- The alignment of the issuer's proposed strategy and targets with appropriate science-based targets and transition pathways ¹⁵ that are deemed necessary to limit climate change to targeted levels?

¹⁴ Where issuers wish to finance projects towards implementing a net zero emissions strategy aligned with the goals of the Paris Agreement, guidance on issuer level disclosures and climate transition strategies may be sought from the [Climate Transition Finance Handbook](#).

¹⁵ GHG emissions reduction targets that are in line with the scale of reductions required to keep the average global temperature increase to ideally 1.5°C, or at the very least to well below 2°C above pre-industrial temperatures. Science Based Targets Initiative (SBTi) is a branded verification body for science-based targets and SBTi verification is one way for issuers to validate the alignment of their emission reduction trajectories with science-based reference trajectories. In addition, ICMA has published a [Methodologies Registry](#) which includes a list of tools to specifically help issuers, investors, or financial intermediaries validate their emission reduction trajectories..



The comprehensiveness of the issuer’s disclosure to help investors assess its performance holistically¹⁶?

Overall comment on this section: According to NINT, Solfácil’s Green Bond Framework is aligned with the Green Bond Principles (GBP). All net proceeds from the bonds based on this framework will be allocated to purchase portfolios of credit rights backed by Bank Credit Notes (CCBs) and Rural Financial Producer Notes (CPR-Fs). Credit rights are linked to the financing of photovoltaic solar systems for distributed renewable energy generation projects for residences, businesses and rural properties. The projects outlined in the Framework are aligned with Solfácil’s sustainability strategy.

The governance for projects’ evaluation and selection is clear and transparent and the projects are aligned with the CBI eligibility requirements for the solar energy sector.

Solfácil is committed to temporarily allocating the proceeds to low-risk, high-liquidity and non-carbon-intensive investments. The proceeds shall be allocated to selected projects up to 24 months from the operation issuance.

After the green issuances, Solfácil commits to reporting the financial indicators and environmental benefits of the projects annually to the public. The Second Party Opinion reports and the Green Bond Framework will be available to public.

Section 3. Detailed Review

Reviewers are encouraged to provide the information below to the extent possible and use the comment section to explain the scope of their review.

1. USE OF PROCEEDS

Does the review assess:

- the environmental/social benefits of the project(s)?
- whether those benefits are quantifiable and meaningful?
- for social projects, whether the target population is properly identified?

Does the review assess if the issuer provides clear information on:

- the estimated proceeds allocation per project category (in case of multiple projects)?
- the estimated share of financing vs. re-financing (and the related lookback period)?

Overall comment on this section: The net proceeds will be used for financing or refinancing assets or CAPEX investments related to photovoltaic solar systems for distributed renewable energy generation projects for residences, businesses and rural properties. Proceeds are preferably allocated within 24 months of each issue. However, Solfácil may allocate them until the end of the term. Also, the proceeds will be used to refinance debt that was contracted up to 24 months prior to the green bond.

The use of proceeds described in the framework is categorized as ‘renewable energy’ from ICMA’s perspective and is also aligned with the main sustainability frameworks, references and standards

¹⁶ Including information such as the respective contribution (e.g. %) of the different measures to the overall reduction, the total expenses associated with the plan, or the issuer’s climate policy engagement.



for green financial products. In addition, the Framework reinforces Solfácil's strategy of investing in assets that contribute to climate change mitigation, the transition to a low-carbon economy, the Paris Agreement and the Objectives of Sustainable Development (SDG) 7 and 13.

2. PROCESS FOR PROJECT EVALUATION AND SELECTION

Does the review assess:

- whether the eligibility of the project(s) is aligned with official or market-based taxonomies or recognized international standards? Please specify which ones.¹⁷
- whether the eligible projects are aligned with the overall sustainability strategy of the issuer and/or if the eligible projects are aligned with material ESG-related objectives in the issuer's industry?
- the process and governance to set the eligibility criteria including, if applicable, exclusion criteria?
- the processes by which the issuer identifies and manages perceived social and environmental risks associated with the relevant project(s)?
- any process in place to identify mitigants to known material risks of negative social and/or environmental impacts from the relevant project(s)?

Overall comment on this section: The selection and evaluation proceeds include a borrower's financial analysis, technical analysis of the projects and due diligence on the suppliers, as well as their financial and reputational capacity. For the management of suppliers (companies responsible for installing the solar systems), Solfácil contractually determines compliance with all legal labour, social security and environmental obligations. The company also determines that suppliers ensure the adoption of all the necessary initiatives to avoid and correct impacts on the environment. However, the company informs it is not responsible for the final destination of the photovoltaic panels purchased by the clients. Therefore, we can conclude that the internal processes for project evaluation and selection are transparent and based on clear eligibility criteria. The projects are aligned with Solfácil's strategy and have environmental and social benefits, delivering positive contributions to sustainable development.

3. MANAGEMENT OF PROCEEDS

Does the review assess:

- the issuer's policy for segregating or tracking the proceeds in an appropriate manner?
- the intended types of temporary investment instruments for unallocated proceeds?
- Whether an external auditor will verify the internal tracking of the proceeds and the allocation of the funds?

Overall comment on this section: The proceeds shall be allocated to eligible projects for up to 24 months and will be segregated in specific bank accounts. If necessary, the proceeds will be temporarily invested in high liquidity fixed-income instruments until the full allocation to eligible projects. The issuer also commits that the sum of proceeds raised through green debt allocated to each project will not surpass the total cost of the green projects and assets.

¹⁷ The EU Taxonomy, CBI Taxonomy, UK Taxonomy, China catalogue, etc.



4. REPORTING

Does the review assess:

- the expected type of allocation and impact reporting (bond-by-bond or on a portfolio basis)?
- the frequency and the means of disclosure?
- the disclosure of the methodology of the expected or achieved impact of the financed project(s)?

Overall comment on this section: Solfácil is committed to reporting annually on the environmental impact of eligible projects. Financial information will also be made available to the public through an allocation report. Disclosure will be at issue level and will be available on Solfácil's website. The company is committed to making the framework and the SPOs available to the public. The verification report, which will be prepared every six months, will not be disclosed.

Section 4. Additional Information

Useful links (e.g. to the external review provider's methodology or credentials, to the full review, to issuer's documentation, etc.)

<https://landing.solfacil.com.br/>

Analysis of the contribution of the project(s) to the UN Sustainable Development Goals: The eligible projects contribute to SDGs 7, 9, 11 and 13.



5. Anexo I - Método

A análise da NINT é baseada em uma metodologia proprietária, fundamentada em standards reconhecidos internacionalmente. Ela é composta de duas etapas:

- 1) **Avaliação da Emissão** - avaliar se a aplicação dos recursos possui potencial de impacto ambiental positivo, condizente com a condição de Título Verde. Para isso, comparamos a emissão aos quatro componentes dos *Green Bond Principles (GBP)* e *Green Loan Principles (GLP)*.
 - **Uso dos Recursos (Use of Proceeds):** propósito da emissão e alinhamento desse com as categorias dos Green Bond Principles, Social Bond Principles e da Climate Bonds Taxonomy;
 - **Processo de Seleção e Avaliação de Projetos (Process for Project Evaluation and Selection):** garantia de benefícios ambientais e/ou sociais associados ao pagamento de dívida da empresa;
 - **Gestão dos Recursos (Management of Proceeds):** procedimento para gestão financeira dos recursos captados, para garantir a destinação para atividades elegíveis como verdes;
 - **Relato (Reporting):** Divulgação de informações sobre controle e alocação de recursos, bem como dos impactos positivos esperados das operações financiadas com os recursos.

- 2) **Performance ASG do Emissor** - avaliamos a empresa operadora do projeto de acordo com melhores práticas de sustentabilidade por meio de standards reconhecidos internacionalmente, como GRI¹⁸ e outros. Nesse contexto, os principais aspectos analisados são:
 - Políticas e práticas para medição, prevenção, mitigação e compensação dos riscos ASG de suas atividades;
 - Contribuição da empresa para o desenvolvimento sustentável e mitigação das mudanças climáticas;
 - Controvérsias¹⁹ que a empresa está envolvida.

Essa análise é composta de 3 dimensões e 10 temas, priorizados de acordo com a materialidade de cada tema para a empresa, conforme apresentado no Quadro 5

Quadro 5 - Temáticas ASG

| Dimensão | Tema |
|------------|--|
| Ambiental | • Uso de Recursos |
| | • Ecossistemas |
| | • Gestão de Resíduos |
| | • Mudanças climáticas |
| Social | • Comunidades |
| | • Clientes |
| | • Cadeia de suprimento |
| | • Recursos Humanos |
| Governança | • Transparência |
| | • Integridade e Governança Corporativa |

¹⁸ <https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx>

¹⁹ O conceito de controvérsia é baseado na publicação "CONTROVÉRSIAS ASG 2017" (<https://www.sitawi.net/publicacoes/controversias-asg-2017/>). Que define controvérsias como fatos divulgados em veículos de mídia, manifestações de outros grupos de interesse, como grupos de trabalhadores e movimentos sociais, bem como decisões de órgãos fiscalizadores e reguladores.



Legendas

Quadro 6 - Níveis de Asseguração

| Níveis de asseguração | |
|-----------------------|---|
| Razoável | Uma avaliação na qual o risco de asseguração é aceitavelmente baixo dentro das circunstâncias do engajamento realizado. A conclusão é expressa de uma forma que transmite a opinião do profissional sobre o resultado da avaliação em relação aos critérios observados. |
| Limitado | Uma avaliação na qual o risco de asseguração do engajamento realizado é maior do que para um nível de asseguração razoável, porém ainda assim capaz de embasar os principais argumentos utilizados na análise. |

Quadro 78 - Níveis de severidade das controvérsias

| Severidade | |
|----------------------------|--|
| Pouco significativo | Descumpre a lei e/ou afeta negativamente aos <i>stakeholders</i> , mas não causa danos ou causa dano mínimo que não necessitam de remediação. |
| Significativo | Descumpre a lei e/ou afeta negativamente aos <i>stakeholders</i> , mas a remediação dos impactos causados é simples e com custo pouco significativo. |
| Muito significativo | Descumpre a lei e/ou afeta negativamente aos <i>stakeholders</i> , sendo o nível de dificuldade e custo de remediação medianos. |
| Crítico | Descumpre a lei e afeta negativamente aos <i>stakeholders</i> , sendo os danos irremediáveis ou de difícil e custosa remediação. |

Quadro 8 - Níveis de responsividade das controvérsias

| Responsividade | |
|-----------------------|--|
| Proativa | Além da empresa agir de maneira remediativa diante de uma controvérsia, ela adota medidas que vão além da sua obrigação. Adicionalmente, a empresa realiza procedimentos sistemáticos para evitar que o problema ocorrido se repita. |
| Remediativa | A empresa realiza as ações necessárias para correção dos danos e se comunica adequadamente com os <i>stakeholders</i> impactados. |
| Defensiva | A empresa realiza ações insuficientes para correção dos danos ou emite comunicado sem realização de ações corretivas. |
| Não-responsiva | Não há qualquer ação ou comunicação da empresa em relação à controvérsia. |





NINT

natural intelligence
an ERM Group company